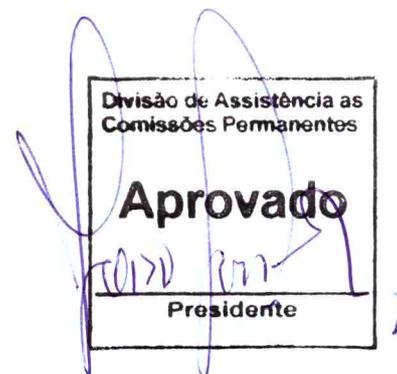




ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
“Casa de Epitácio Pessoa”



Ata

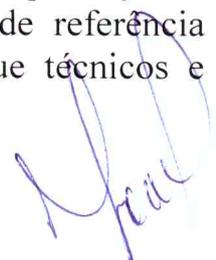
ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA
PARAÍBA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR A
EXTINÇÃO DA EMEPA, DA INTERPA E DA
EMATER, REALIZADA NO DIA 07 DE MARÇO DE
2019.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia sete de março do ano de dois mil e dezenove, no Plenário Deputado José Mariz, atendendo ao edital de convocação publicado no Diário do Poder Legislativo nº 7.696, do dia vinte e sete de fevereiro do ano de 2019, sob a presidência do deputado João Gonçalves, realizou-se audiência pública, no âmbito da Comissão de Administração, Serviço Público e Segurança, com o objetivo de discutir a extinção da EMEPA, da INTERPA e da EMATER e as suas consequências. Iniciada a Audiência, o senhor presidente João Gonçalves convidou o deputado Ricardo Barbosa para secretariar os trabalhos e para compor a Mesa os senhores: deputado Raniery Paulino, autor da propositura; Sandro Targino, consultor legislativo do Governo do Estado; Nivaldo Moreno Magalhães, presidente do EMPAER; Daniel Carrara, diretor nacional do SENAR; Alexandre Carvalho, representante da EMBRAPA; Mário Borba, presidente da FAEPA. Registrou presença dos deputados: Cida Ramos, Wallber Virgolino, Bosco Carneiro, Buba Germano, Ricardo Barbosa, Pollyana Dutra, Edmilson Soares, Moacir Filho, Camila Toscano, Cabo Gilberto, Tovar Correia Lima, Chió. Registro de presença do ex-deputado Renato Gadelha e do senhor Júnior Araújo. Ato contínuo o presidente homenageou o pesquisador Mário Rodrigues com um minuto de silêncio. Na sequência o secretário dos trabalhos, deputado Ricardo Barbosa, promoveu a leitura do Expediente em Mesa: Edital de Convocação e Requerimento nº 117/2019, de autoria do deputado Raniery Paulino. O presidente convidou para compor a Mesa o senhor Odnilson Alves, engenheiro agrônomo do Sinavez. Em seguida concedeu a palavra ao deputado Raniery Paulino para fazer uso da palavra. Neste momento o senhor secretário, deputado Ricardo Barbosa, promoveu a leitura dos nomes dos membros da Comissão de Administração. Na

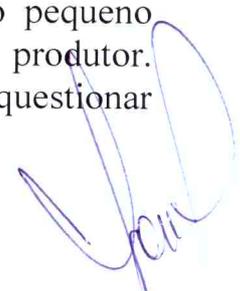
tribuna, o deputado Raniery Paulino cumprimentou os presentes e relatou contentamento por exercer seu quarto mandato nesta Casa. Traçou breve histórico de sua vida política e considerou que o atual Governo Estadual expressou força e autoritarismo com a edição da Medida Provisória nº 277, pois, não realizou debates com a sociedade ou com este Parlamento. Alegou que a matéria deveria seguir os trâmites ordinários. Elogiou a fase que a Assembleia Legislativa vive ao garantir ambiente apto ao contraditório. Parabenizou a postura do governador João Azevedo de ouvir o setor produtivo e os servidores das empresas afetadas pela medida provisória. Em seguida, promoveu a leitura de questionamentos acerca da extinção da EMEPA-PB, como qual motivação, quais vantagens e qual será a repercussão para o Estado da Paraíba. Ato contínuo, o presidente concedeu a palavra ao deputado Ricardo Barbosa, o qual, na tribuna, saudou os presentes e disse que este Parlamento tem o importante papel de discutir a fusão das entidades, pois todas as instituições tiveram suas atividades concentradas. Afirmou que o governo do Estado tem compromisso com os servidores e os valoriza, inclusive, graças aos técnicos dessas instituições a Paraíba alcançou destaque nacional na caprinocultura, dentre outras atividades. Disse que a Medida Provisória, em seu Artigo 10, dispõe que os servidores das entidades serão aproveitados no quadro da EMPAER. Asseverou que não houve qualquer prejuízo aos trabalhos científicos e técnicos na área, mas que a EMPAER nasceu com eficiência administrativa e técnica. Neste momento, o deputado Adriano Galdino assumiu a presidência dos trabalhos. Continuando, o orador defendeu a modernização do Estado com a reestruturação dos agronegócios. Registrou que uma comitiva do governo do Paraná ficou positivamente impressionada com as medidas aqui adotadas. Quanto aos funcionários, disse que os termos da medida provisória asseguram a possibilidade de integração ao quadro da EMPAER com ônus para o empregador de origem. Afirmou caber a essa Casa debater as alterações e falar sob a racionalidade e modernização, sem destruição de postos de trabalho. Ato contínuo, o presidente deputado Adriano Galdino anunciou que recebeu o ex-conselheiro Gilberto Porto e que as licitações da Casa serão todas transmitidas on-line. O deputado João Gonçalves assumiu a presidência e convidou o deputado Wallber Virgolino a ocupar a tribuna. O orador saudou os presentes e disse ser um momento importante na Casa. Disse que não vê clareza na extinção e posterior fusão das três grandes empresas na Paraíba. Criticou a falta de diálogo com os servidores e a emergência da fusão. Questionou o meio utilizado para a fusão e quais as consequências para os servidores dos três órgãos. Indagou qual o fundamento da extinção e fusão e ressaltou que a intenção da Oposição é buscar as justificativas, pois o agronegócio é a principal atividade econômica do Estado. Agradeceu a presença dos secretários e se colocou à disposição dos servidores. Ato contínuo, o presidente convidou o senhor Nilton Marinho, ex-presidente da EMEPA, para fazer uso da palavra. Na tribuna, o orador disse que a Embrapa, em termos de tecnologia de agricultura tropical é a



mais capacitada no mundo, e que ela conta com o apoio técnico e econômico da Emepa, para efetivação de seus serviços. Disse que, nos últimos seis anos, a Emepa recebeu aproximadamente dezessete milhões de reais da Embrapa para investimentos e construção da sede da empresa. Além disso, a Embrapa disponibiliza pessoal técnico e científico para a Emepa, sem custos para o estado da Paraíba. Alegou que a fusão promoverá a partilha dos bens de cada entidade. Frisou a importância do potencial genético produzido pela empresa, reconhecido em todos os Estados, falou da tecnologia da empresa e afirmou que os gastos com o pessoal era pequeno e indagou o prejuízo para o Estado com a extinção da empresa. Falou em seguida o senhor Odonilson Alves, que teceu comentários sobre a Medida Provisória que trata do assunto, ressaltou a importância da pesquisa e extensão para os agricultores, questionou como se daria o aproveitamento dos servidores, empregados e pesquisadores com a extinção/fusão da empresa e expôs os motivos acerca do tema. Logo após, o deputado Ricardo Barbosa usou da palavra para proceder à leitura da justificativa de ausência do deputado Nabor Wanderley e, logo após, falou o senhor Nivaldo Magalhães, que iniciou a fala com uma exposição da vida dele como servidor de carreira. Registrou fatos e momentos frente à gestão da EMPAER, expôs esclarecimentos acerca da Medida Provisória e da situação das empresas envolvidas com a extinção e fusão das empresas. Ainda apresentou dados sobre a gestão da estatal, assegurou a todos que os servidores não seriam prejudicados com a situação, disse que houve uma ampla discussão com os envolvidos acerca da situação dos direitos trabalhistas e que todos os servidores efetivos teriam os direitos garantidos. Falou logo após a deputada Camila Toscano que, após cumprimento de praxe e saudação a todos os presentes, falou da importância do debate acerca do tema, fez comentários sobre Medida Provisória, destacando expressões do texto da medida, criticou a forma pela qual se deu a extinção das empresas, falou da importância de um maior debate sobre a fusão, fez questionar alguns pontos do texto da norma e cobrou do diretor que garantisse os direitos dos trabalhadores envolvidos. Após, usou da palavra a deputada Cida Ramos, que, após saudação de praxe, falou que a presente audiência era necessária para um bom debate acerca da agricultura familiar, afirmou que a fusão das empresas garantiria uma maior qualidade das atividades e serviços prestados pelas empresas e afirmou que a iniciativa era avançar na extensão e pesquisa e intensificar a prestação de serviços. Disse ainda que a racionalização da empresa teria sido fruto de um estudo feito pelo Governo do Estado, frisou que a fusão daria garantia de trabalho a todos os servidores e que colocaria em prática um melhor serviço nas pesquisas e na prestação das atividades. Por fim, garantiu que nenhum servidor seria prejudicado. Usou da palavra em seguida a senhora Máisa, uma representante de empresas de iniciativa privada, que ressaltou a importância da EMATER na produção e plantio do algodão orgânico e colorido, frisou que se tratava de referência nacional, fez alguns pedidos ao Governo do Estado, apelou que técnicos e



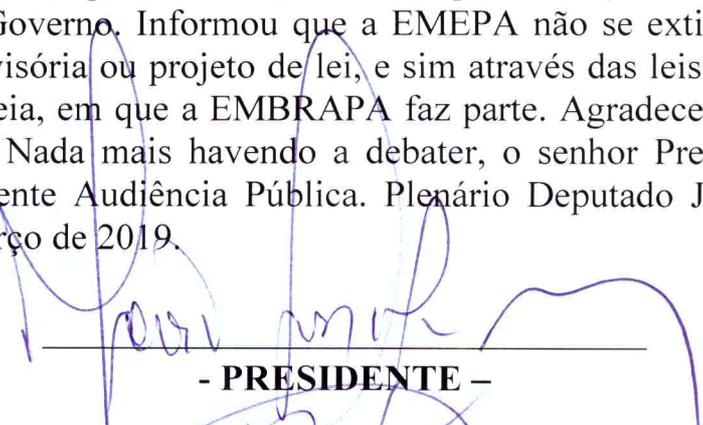
servidores das empresas não fossem prejudicados e que o serviço não sofresse nenhum tipo de descontinuidade. O Deputado Cabo Gilberto cumprimentou todos os presentes, e disse que gostaria de fazer uma crítica a reforma da Assembleia, destacando que sendo uma casa do povo, deve acolher todos da melhor forma. Afirmou que o Governo fala de uma forma muito bonita, que foram fechadas escolas e delegacias, sob a justificativa que seria melhor, e na verdade não foi. Questionou se a fusão será melhor para o povo, e se de fato terá redução de cargos comissionados. Defendeu que não se pode extinguir os cargos sem ouvir as pessoas interessadas, que o debate é muito importante, e no passado era feito como forma de ditadura. Questionou como o governo poderá absorver os cargos sem infringir o artigo 37 da Constituição. Agradeceu e encerrou. O Deputado Bosco Carneiro cumprimentou a todos, parabenizou pela iniciativa desta audiência pública e afirmou que a Casa não pode deixar de debater um assunto tão importante. Disse que o projeto prevê redução de custos e destacou que é o objetivo principal. Falou que o Senhor Nivaldo Magalhães conhece as ações da INTERPA e questionou se o agricultor está sendo assistido pelas instituições. Questionou se a EMEPA está produzindo mudas para atender o agricultor. Afirmou que a Paraíba não tem assistência adequada e questionou como vai ficar com a redução de custos. Disse que o Governo garante que não haverá prejuízo para os servidores e citou o artigo nove, que prevê devolução de servidores. Questionou a existência do artigo doze, que prevê a contratação de servidores temporários e afirmou que o projeto está colocando os servidores em situação de instabilidade. Agradeceu e encerrou. O Senhor José Carlos agradeceu a presença dos servidores das três empresas e disse que concorda com a fala do Deputado Bosco Carneiro. Destacou que o INTERPA tem serviços prestados e aporte financeiro, que possui apenas 130 servidores efetivos e alguns já possuem idade para se aposentar. Defendeu que deve ser proposto emendas às medidas provisórias e que os trabalhos estão parados, aguardando a criação da empresa. Informou que os servidores possuem plano de cargos e carreiras e questionou se serão mantidos. Pediu que os Deputados analisassem, com atenção, e garantam os trabalhos dos servidores. Agradeceu e encerrou. O Deputado Ricardo Barbosa propôs que o Doutor Nivaldo Magalhães possa responder alguns questionamentos, antes do próximo orador. O Presidente cumprimentou o professor Cleber. O Senhor Nivaldo Magalhães, em resposta a Deputada Camila Toscano, disse que foi realizada uma reunião em Patos com todos os servidores efetivos e foi garantido o trabalho. Afirmou que não se pode questionar servidores que foram devolvidos, que não há prejuízos para o INTERPA, que nunca teve servidores, que a medida de extinção não acaba com as pesquisas, e afirmou que continuaram com o mesmo nome. Agradeceu e finalizou suas colocações. O Deputado Tovar Correia Lima cumprimentou todos e afirmou que está acontecendo uma disputa entre o Governo e o pequeno produtor e que se estiver que escolher, ficará ao lado do pequeno produtor. Falou que o Deputado Bosco Carneiro fez uma grande fala e passou a questionar



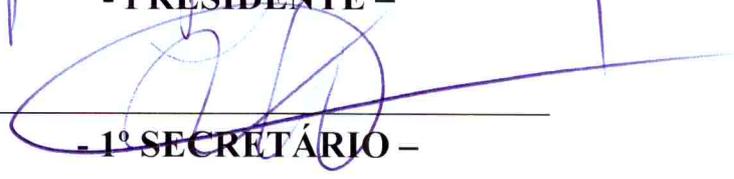
se o custo/benefício será positivo. Informou que vai apresentar uma emenda, para que fique acordado que as pesquisas desenvolvidas e em andamento não sejam prejudicadas. Destacou que outra preocupação é com os funcionários e sugeriu uma emenda supressiva. Disse ainda, que a ideia central de diminuir custos não é vista com maus olhos por esta Casa, e que o debate é positivo para o crescimento. Agradeceu e encerrou. O Deputado João Henrique cumprimentou a todos, afirmou que ainda não tem uma posição definitiva em relação ao trâmite dessa matéria. Defendeu que é necessário um processo de aperfeiçoamento constante. Informou que fez um estudo, e em sua concepção observa que precisa de modificações, e afirmou que há um claro prejuízo para os produtores rurais paraibanos, que a nova entidade poderá rescindir contratos, que existe uma insegurança jurídica grande e defendeu que a Casa deve corrigir essa falha. Disse ainda, que o artigo doze pede autorização contratar técnicos e não concorda em deixar de aproveitar servidores qualificados para contratar outras pessoas. Destacou que não pode concordar em dar trânsito a esta matéria, que justifica a redução de custo, quando na verdade prevê contratar pessoal, que as empresas possuem servidores qualificados, e que vai apresentar emenda modificativa trocando a palavra poderá por deverá. O Deputado Buba Germano cumprimentou a todos e disse que tem uma preocupação de quando a oposição começar a elogiar o Governo. Afirmou que a preocupação com os funcionários é normal, que concorda que sejam feitas as modificações necessárias. Falou que aconteceram audiências públicas por toda a Paraíba, para aprovação de lei que beneficiasse o agricultor. Disse que aprova o orçamento da medida provisória, e que vai aprovar no orçamento a garantia de continuidade das pesquisas. Defendeu que não há prejuízo com a medida provisória, e sim que nascerá uma empresa enxuta, com garantia para os servidores. Agradeceu e finalizou seu pronunciamento. O Senhor Mário Borba informou que faz parte do conselho estadual da EMATER, e questionou qual a capacidade daquela empresa, se foi contratado servidores nos últimos dois anos, se haverá concurso para a EMATER, e como vai funcionar a assistência técnica que é conhecida em todo o país. Agradeceu e encerrou. O Senhor Nivaldo Magalhães disse que trabalha com três recursos e agora será apenas um. Afirmou que desde o dia 03 já está funcionando como EMPAER. Deixou aberto para caso os Deputados queiram visitar. Disse que a EMBRAPA não investe nenhum valor, que é necessário discutir o fortalecimento institucional, que cinco deputados colocaram emendas e o dinheiro não chegou àquela empresa. Defendeu que é necessário regularizar o prestador de serviços. Afirmou, em resposta a Mário Borba, que ficou muito insatisfeito com uma entrevista conferida pelo mesmo que atingiu sua pessoa, que um técnico só tem condições de dar assistência a 100 pessoas, que nem a empresa, nem o SENAR têm condições de dar assistência técnica. Destacou que a EMATER está presente em 220 municípios, que conhece a EMEPA, que tem 300 servidores, e que 100 servidores foram devolvidos. Agradeceu e encerrou sua explanação. A Deputada Pollyanna Dutra afirmou que falaram muito do



agronegócio e não viu ninguém na mesa representando a agricultura familiar. Disse estar preocupada com a fome que voltou em sua região e com o trabalho que a EMPAER vai desenvolver em sua região. Disse que falta política nesse sentido, que não quer escutar como será feito a unificação das empresas e sim com o agricultor que está endividado e sem auxílio e se este será beneficiado. O Senhor Alexandre Ventin informou que está representando o presidente da EMBRAPA e disse que embora a EMBRAPA não tenha participado da elaboração da medida provisória, vem acompanhando as discussões sobre a medida. Informou que vem mantendo contato com o Presidente Nivaldo e que a EMBRAPA ficou surpresa com a medida provisória, mas que entende a necessidade do Governo. Informou que a EMEPA não se extingue apenas por uma medida provisória ou projeto de lei, e sim através das leis das estatais, por meio de assembleia, em que a EMBRAPA faz parte. Agradeceu e encerrou seu pronunciamento. Nada mais havendo a debater, o senhor Presidente declarou encerrada a presente Audiência Pública. Plenário Deputado José Mariz, João Pessoa, 07 de março de 2019.



- PRESIDENTE -



- 1º SECRETÁRIO -

- 2º SECRETÁRIO -